

1º SIMULADO INÉDITO PARA
PGE PB



Estratégia
Carreira Jurídica

Simulado Especial

Simulado PGE-PB

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PGE-PB;
- 2 – A prova contém **4 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 19h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PEÇA PRÁTICA

Suellem Maria, jovem universitária residente no bairro de Mangabeira, zona oeste de João Pessoa/PB, grávida de 8 meses de um bebê, na manhã do dia 15 de janeiro de 2013, começou a sentir fortes dores abdominais.

Ao pedir auxílio a familiares, estes a levaram ao Hospital Serra Grande, entidade privada credenciada junto ao Sistema Único de Saúde – SUS e que presta nesta condição atendimento hospitalar gratuito.

Ocorre que ao chegar até o nosocômio, Suellem Maria precisou esperar por cerca de 6 horas um atendimento médico, apesar de estar gritando de dores. Ao ser atendida por uma enfermeira da instituição, a paciente foi avisada que havia entrado em trabalho de parto e que seria necessária imediata intervenção cirúrgica para o salvamento do bebê.

Contudo, por ausência de médicos especialistas, o Hospital Serra Grande recusou-se a realizar o parto da criança, haja vista o receio dos demais profissionais em realizarem tão delicada cirurgia.

A deficiência no atendimento causou um grave infortúnio: Crotilde Maria perdeu o seu filho.

Inconformada e após profundo luto, a paciente procura auxílio de um advogado que maneja em 20 de abril de 2019 Ação de Indenização por Danos Morais exclusivamente contra o Estado da Paraíba requerendo a condenação do ente público em R\$. 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com base, dentre outros argumentos na responsabilidade solidária da Administração Estadual pela prestação do serviço público de saúde, consubstanciada no artigo 196, da Constituição Federal:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Referida ação fora distribuída para a 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de João Pessoa/PB que determinou a citação por Correios da Administração Pública Estadual. Está fora recebida pelo Porteiro da Procuradoria Geral do Estado no dia 08/11/2019 e imediatamente encaminhada para o Procurador Geral que designou você para cuidar do caso.

Considerando que o Magistrado dispensou expressamente a Audiência de Conciliação deste processo e tal fato constara expressamente na Carta de Citação, maneje a peça processual cabível para a defesa dos interesses do Estado de Pernambuco.

Dispense os fatos e atenha-se ao limite máximo de 120 linhas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

Os servidores públicos do Estado da Paraíba ingressaram com ação judicial requerendo a indenização por não terem sido beneficiados por revisões gerais anuais em seus vencimentos, medida prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. Diante desse fato, analise a procedência da ação. [10 pontos]

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 2

Disserte sobre a possibilidade de utilização de instrumentos alternativos de resolução de conflitos no âmbito dos contratos administrativos. [10 pontos]

DIREITO CIVIL

Questão 3

De acordo com o Código Civil de 2002, o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis. Sobre o tema, discorra sobre a natureza da ocupação indevida de bem público, bem como sobre a possibilidade de retenção ou indenização por acessões ou benfeitorias. [10 pontos]

PROCESSO CIVIL/TRIBUTÁRIO

Questão 5

Acerca da execução fiscal, responda:

- a) É necessário que o executado ofereça garantia para que possa apresentar embargos à execução fiscal?
- b) Caso o executado seja beneficiário da assistência judiciária gratuita, ele será dispensado de garantir o juízo no momento de apresentar embargos à execução?
- c) Há alguma hipótese em que seja dispensada a garantia do juízo para o oferecimento dos embargos à execução? [10 pontos]